

Guerra às Drogas: Violência, Mortes, Estigmas e Marginalização

Professor Jorge da Silva

Coronel (reformado) da PM/RJ.

Vice-Presidente da LEAP BRASIL

Você sabe que todo baixinho gosta de falar em pé. Então vou pedir desculpas à plateia e à mesa e vou me dirigir àquela tribuna, com permissão do coordenador. Pode ser?

Eu queria cumprimentar a mesa. Primeiramente agradecer a gentileza do Diretor da EMERJ em participar da elaboração e da organização deste evento, cumprimentar também a Dra. Karam, a nossa Presidenta da LEAP, os companheiros da mesa e o amigo Siro Darlan. Bom, cumprimentar a todos.

Quando a gente diz que a proibição fracassou, fracassou para quem? Dr. Nilo Batista deixou isso bem claro, mas eu quero enfatizar esse ponto. Do ponto de vista de quem tem outros interesses, ela não fracassou. Ela foi muito bem planejada, e nós assistimos no mundo, na periferia das grandes cidades, ao extermínio da pobreza. É um genocídio programado. Olhando por outra ótica....

É realmente uma satisfação muito grande estar aqui e fico muito contente também por ver uma plateia de jovens. Ontem, quando eu estava preparando esta intervenção, eu tinha mais ou menos a ideia de que nós teríamos muitos jovens aqui, porque nós, mais velhos, já temos as nossas ideias formadas, não gostamos de abdicar de nossas convicções, mas os jovens não, os jovens estão sempre abertos. Eu acho que a dificuldade às vezes é de esclarecimento, às vezes a dificuldade é de informação. Então foi nessa direção que eu procurei conduzir a minha intervenção.

Antes, eu vou dizer o porquê de eu estar aqui hoje. Eu, que entrei na Polícia Militar aos 17 anos, sou originário da área do Alemão, sou de lá, do Complexo do Alemão, sei mais ou menos como essas regiões sempre foram tratadas, e tenho uma percepção do que é ser daquele lugar e do

que é ser de outros lugares. Eu sei o que é ter a percepção de quem morou ali e de alguém que convive em outro nível hoje em dia, em função de uma nova inserção social.

Temos aqui policiais militares, juízes, promotores, e nós aprendemos a cumprir a lei. Se a lei está errada, não nos compete questionar. Temos que cumprir porque a Constituição manda, as leis mandam e é nossa obrigação cumprir. Muito diferente disso é o policial, o juiz, o promotor se arvorar em missionário, e missionário de uma ideologia, missionário de uma tese. Então, como nós temos aqui muitos jovens, eu resolvi dizer por que razão eu adoto essa posição hoje.

Eu vi muitos colegas policiais militares sendo enterrados. Eu, como chefe do Estado Maior da Polícia Militar, compareci a muitos enterros de policiais militares e civis. E, em função de minha inserção social, também tinha notícias de pessoas com as quais eu tinha convivido, que tinham perdido seus filhos porque tinham se desviado. Eu comecei a perceber o seguinte: aquelas pessoas também têm mãe, irmãos, pai. E eu, na condição de Secretário de Direitos Humanos aqui do Estado, recebia sempre as pessoas, as comunidades, e certa feita apareceu uma senhora, Sra. Sonia, mãe de um PM que tinha sido assassinado covardemente no Rio de Janeiro.

O canal daquela reclamação era a Secretaria e eu fazia questão de receber todas as pessoas que fossem lá para conversar e fazer o que pudesse. E essa senhora estava realmente brigando comigo, dizendo que a Polícia Militar não fazia nada, não apoiava os policiais, “e agora como ia ser a família, e colocava os rapazes jovens em qualquer situação”. E eu disse: realmente. Mas lá também estava uma senhora que, momentos antes, estava chorando porque tinha perdido um filho, morto por um policial militar. E eu falei: olha, a senhora está vendo aqui... Então as duas mães (eu me emociono muito quando falo isso; eu até evito falar), a mãe do soldado, do policial militar morto por traficantes, e a mãe de um rapaz que ela dizia não ser traficante, mas que a polícia dizia ser traficante, elas se abraçaram e choraram muito na minha frente, e eu chorei muito, abraçado com elas.

Então, a gente começa a perceber que isto que nós temos no mundo, que isso que nós temos na nossa sociedade é, do ponto de vista de quem realmente quer o bem da sociedade, de quem não tem outros interesses, isto é uma insanidade, isto é uma perversidade. Este modelo

é uma perversidade, e já foi colocado aqui que isso tinha um objetivo claro. Quando o Presidente Nixon declarou a chamada guerra às drogas, não era guerra às drogas. Era guerra ao movimento da contracultura, era guerra contra o movimento estudantil do final da década de 60, 68/69. Ele assumiu em 69. Era uma guerra contra os negros, contra os movimentos civis dos negros, o movimento feminista. Então, como ele não podia editar uma lei contra as pessoas, ele buscou um atalho. Qual era o atalho? Você criminaliza determinadas condutas e você atinge o seu alvo. E é isso que foi produzido no mundo. E nós ... chamam os brasileiros de “macaquitos”, não é à toa. Nós somos “macaquitos”, nós copiamos tudo o que vem lá do centro, para poder ficar igualzinho.

Então, em função de muitas outras circunstâncias dentro da corporação, eu também achava, e muitos policiais acham até hoje, que não é só o traficante, mas o usuário que é o maior culpado. Eu também já achei isso, mas a gente tem que começar a refletir sobre essas coisas. Essa concepção de que o usuário é mais culpado do que o traficante é uma concepção religiosa, que não resolve o nosso problema. Então a grande verdade é que eu fiz um exame de consciência, procurei analisar a situação. Eu não sou um jurista, apesar de ser bacharel em Direito, não militante, mas eu sou um cientista social, e um cientista social se preocupa com essas questões. Em função também talvez da minha inserção, da minha origem, da minha etnia, talvez por tudo isso eu tenha chegado à conclusão de que eu tinha que me posicionar de uma forma radicalmente contra esse modelo proibicionista que, por incrível que pareça, a ONU, o organismo de defesa dos direitos humanos do mundo, patrocina: uma política que causa extermínio, que causa dores, que causa a infelicidade de tantas pessoas no mundo inteiro. Esta é a maior das contradições: que a ONU, Organização das Nações Unidas patrocine essa política.

As pessoas normalmente são contra as drogas em função de alguma coisa. Estão normalmente preocupadas com a juventude. É preciso proteger a juventude. Em vez de você afastar a juventude das drogas, você faz um movimento inverso, você afasta as drogas da juventude. Se nós queremos proteger a juventude, quem não quer proteger a juventude? Vamos acreditar que os proibicionistas são sinceros. Se eles são sinceros, o que nem todos os proibicionistas são, mas, vamos admitir que todos os proibicionistas são sinceros. O que eles querem? Proteger a juventude. E nós, nós aqui da LEAP Brasil? Com certeza neste auditório há pessoas

que acham que não deve mudar, que legalizar é pior, que vai ser horrível. Não há problema algum. Mas nós, que defendemos a legalização, nós queremos o quê? Proteger a juventude. Então nós concordamos. Onde está a discordância? A discordância está naquilo que a Dra. Karam falou. Como você vai saber o que é droga perigosa, não perigosa? É tudo muito arbitrário. Olha gente, eu não conheci ninguém que tenha morrido por ingerir cocaína ou maconha. Agora, já conheci muita gente que morreu por álcool. Por álcool morre muita gente. Eu nunca vi ninguém jogado pela rua porque cheira cocaína, porque fuma maconha, mas já vi muita gente pelas calçadas, jogadas, por causa do álcool. No entanto, vende-se álcool em qualquer lugar, livremente. São substâncias psicoativas que causam os mesmos males. Quer dizer, deve haver algum interesse. Basta ver de onde procedem as drogas que são proibidas no mundo. De que regiões do mundo? E de onde procedem as drogas que são permitidas? A gente começa a perceber que temos uma questão geopolítica e econômica importante para discutir, antes de a gente pensar que é simplesmente uma questão de ser mais perigosa ou menos perigosa. E é aí que entra a discordância entre proibicionistas e não proibicionistas ou as pessoas que defendem a legalização.

Quais são os danos que as drogas causam? Depende. Eu tenho um blog e fiz uma chamada para esta reunião e três pessoas se manifestaram contra, que é um absurdo, duas delas disseram o seguinte: “olha, eu tenho um parente que é drogado, infernizou com a nossa família, eu sou contra.” Num modelo de proibição policial penal carcerária, nesse modelo, o parente dela infelicitou a família. Ela devia pensar o seguinte: “então vamos pensar em outra coisa”. Não sei nem se seria legalização, mas podia pensar em outra coisa.

Então vejam que as pessoas não sabem do que nós estamos falando, e é por isso que eu resolvi fazer um quadrinho:

Danos individuais – Há muitas pessoas, como essa senhora, que se preocupam com os danos individuais de um parente. Então eles se preocupam por isso. Não há uma preocupação nem com os danos sociais, nem com os danos coletivos, da sociedade como um todo, nem com os danos comunitários, como nós vemos acontecer nas “comunidades”. Há pessoas até que acham que a polícia está matando pouco, e dizem isso com a maior tranquilidade. Tomam uma cervejinha ou duas num bar e “mas está matando muito”, como eu falo, e respondem “mas tinha que matar mais

essa gente”. E ainda dizem que nós não somos um povo preconceituoso, nós não somos um povo racista, nós somos uma democracia social, racial. Mas as pessoas falam isso abertamente.

Um advogado amigo meu, que inclusive tinha sido meu aluno, disse: “Jorge, você que é autoridade, você não acha que matando uns 5.000 não resolvia isso não?” Eu disse: “Eu começaria por você”. Porque é sempre o outro. O povo não sabe votar. Você não é povo? Por que o povo não sabe votar? Porque não vota como ele acha que todo o mundo deveria votar. E ele também não é povo. É isso o que ele está dizendo.

Então nós temos os danos familiares, é claro. As drogas causam danos familiares, como é o caso mencionado, pequenos furtos, desagregação. Danos sociais, delinquência no bairro, para roubar pequenas coisas, perto de casa, e danos coletivos e comunitários. E as pessoas se colocam diante dessa questão em função dessas diferentes visões.

Uma outra coisa que confunde muito as pessoas, mesmo que você queira argumentar contra ou a favor, às vezes você fica sem saber o que as palavras querem dizer. “Não, eu sou contra a liberação”. “Mas ninguém está falando de liberar drogas”. Qual é o quadro atual no mundo? Proibição total: policial, penal, carcerária. É esse o modelo, modelo criminal. Proibição total. Mas você tem o modelo da descriminalização de determinadas condutas. Eu dou o exemplo de Portugal. Portugal, em 2001, descriminalizou todas as drogas. As drogas são proibidas, sim, mas do ponto de vista administrativo. Não é um assunto mais da polícia, nem do juiz, nem do promotor. É um assunto da comunidade, é um assunto das comissões de intervenção, um nome mais ou menos assim. Essa comissão é que vai verificar aquele caso e depois dar um encaminhamento administrativo, civil, multa ou tratamento àquela pessoa.

Tem a despenalização, que é outra coisa. No Brasil, por exemplo, com a Lei 11.343, hoje não é punido o uso ou o porte para uso pessoal. A lei prevê que não se puna, mas só não avisaram isso à polícia. A polícia ainda não foi avisada disso. Por que o senhor está rindo, Dr. Zaccone, delegado? Mas é um problema sério. Eu estava vindo para cá e a polícia prendeu um motorista de ônibus porque tinha ido comprar uma guimba de maconha. Pegaram ele com a maconha, pegaram e enquadraram e não sei como é que é isso. A lei diz o contrário. O modelo que está pelo menos formalmente colocado no Brasil é o modelo da despenalização.

Nós da LEAP defendemos a legalização, que é outra coisa. Você viu que são quatro coisas diferentes. Não é crime nem infração administrativa. O assunto, quer dizer, a produção, o comércio, o transporte, o consumo, a venda, é tudo alguma coisa, como já foi mencionado aqui pela Dr. Karam, a ser controlada pelo governo.

Como já foi mencionado aqui, a chamada “lei seca”, a Guerra ao Alcool nos Estados Unidos, de 1920 a 1933, produziu uma grande coisa no mundo: o crime organizado. A grande conquista dessa proibição, que resultou de uma emenda constitucional. E o que os americanos fizeram, quando viram a “m” que tinham feito? Conseguiram editar uma outra emenda revogando aquela. E a partir de então o álcool nos Estados Unidos passou a ser controlado pelo governo. É legalizado, mas controlado pelo governo. O modelo que eu, particularmente, defendo é esse. O governo é que vai controlar as drogas. Não é nem o modelo de Portugal, que eu acho insuficiente, porque não resolve o problema do tráfico. Não resolve o problema do fornecimento. Quer dizer: quem é que vai fornecer a droga para quem quer consumir legalmente. É tudo às escondidas, então acho que é uma equação complicada.

Vou falar agora sobre o que o Presidente Nixon disse em 1971. Foi mencionado aqui, mas vou dizer o que ele disse. “O inimigo público nº 1 nos Estados Unidos é o abuso de drogas. A fim de lutar contra esse inimigo e vencê-lo, é necessário empreender uma nova ofensiva, total ofensiva. Essa será uma ofensiva mundial (porque antes eles tinham proibido internamente, mas a partir daí eles vêm com essa de que é uma ofensiva mundial), que lidará com os problemas das fontes de suprimento.” Eles aí mandam as forças armadas para a Colômbia e para diferentes países da América Latina. E aí vocês começam a perceber que é uma questão de defesa e uma questão estratégica e econômica.

A ONU também vem desde 1961 com suas convenções. Mas há um dado interessante que aconteceu em 1998. Em 1998, na Declaração Política da 20ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, eles resolvem que em dez anos haveria um mundo sem drogas. A governança global iria adotar medidas tais que o problema das drogas no mundo teria acabado e não haveria mais drogas no mundo. Será que eles acreditavam mesmo nisso? Claro que não. Para mim o objetivo era outro. E era este o *slogan* dessa reunião: “*A drug free world. We can do it.*” “Um mundo sem drogas. Nós podemos.” Muito bem. Isso foi em 1998. Dez anos depois eles iriam ava-

liar o que nós esperávamos. E avaliaram em 2009. Avaliaram e chegaram à seguinte conclusão: “Os Estados membros não ficaram satisfeitos com os resultados e declararam que continuam fortemente preocupados com a crescente ameaça colocada pelo problema mundial das drogas. A decisão tomada foi continuar o esforço por mais uma década.” Parece piada! Então, mais uma década. Eles fizeram isso em 2009. Vamos esperar agora. Alguém aqui pode adivinhar o que eles vão dizer em 2019? Eu sei: “Olha, o resultado não foi como nós esperávamos. Mas vamos tentar mais 10 anos.” Eu pergunto por que não cinco anos? Seis, doze, onze? Por que dez? Dez é um número cabalístico.

Vou agora mostrar um exemplo que conheci de perto: o exemplo da matança do México. Independentemente dos danos individuais, familiares, etc., nós temos aqui um dano coletivo, que é o maior dano coletivo do mundo hoje. E quem produziu esse dano? Em 2006 assumiu a presidência do México Felipe Calderón. Já tinha havido uma abertura anterior. O México estava com um problema sério de tráfico para os Estados Unidos, então, por pressão talvez dos Estados Unidos, influência dos Estados Unidos, ele resolveu empregar as forças armadas contra os cartéis de drogas. Ele disse que ia trazer a paz para os mexicanos com o emprego das forças armadas. Quatro meses depois, o Ministro da Defesa mostrou quantas coisas tinham apreendido; milhares de traficantes presos. Em suma, aquelas coisas governamentais. Porque quando nós olhamos as estatísticas nós vemos de um jeito, o governo, qualquer governo, vê de uma maneira sempre positiva. Eles divulgaram aquilo, mas o que aconteceu foi o seguinte. Sabem quantas pessoas morreram durante o governo Calderón no México? Mais de 70 mil pessoas por morte ligada à guerra de drogas, independentemente das mortes em geral.

Eu ia falar sobre a nova lei de drogas, mas já recebi o cartão vermelho, e só quero dizer o seguinte: a nossa nova lei de drogas, como já mencionei aqui, estabeleceu que o uso e a posse para uso pessoal, não são punidos com pena restritiva de liberdade. Aí, o que se esperava de 2006 para cá? Agora, como havia muitos usuários presos, as cadeias iam diminuir a sua população. Não; aumentou de forma exponencial. Nós sabemos por quê. Os usuários pobres, das comunidades, “neguinhos”, foram promovidos a traficantes, tiveram a sua categoria elevada. Inversamente, os traficantes com outro perfil foram rebaixados a usuários, e as nossas cadeias estão cheias.

Falou-se aqui da descriminalização em Portugal, mas alguém me perguntou: “Jorge, o que colocar no lugar enquanto isso não se resolve?” Enquanto isso não se resolve, a gente tem muitas pessoas que, com certeza – algumas que já acreditavam que o modelo está falido, do ponto de vista do “povão” –, vão ter mais argumentos em função do que já foi falado aqui pela Dra. Karam, Dr. Nilo e todas as pessoas que me antecederam. As pessoas já vão tendo mais informação, não só para se posicionar, mas também para argumentar e convencer outras pessoas.

O que colocar no lugar? Eu, Jorge da Silva, prefiro o seguinte: uma combinação de educação, família e tratamento para quem quiser.

Muito obrigado.

- Inspetor Francisco Chao de La Torre:

Eu mais uma vez no papel de proibicionista, e agravado pelo fato de que tive que dar o cartão vermelho para uma referência minha, meu professor na pós-graduação de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense.

Mas, professor, se no seu *blog* o senhor tem recebido algumas pequenas críticas, eu comecei a fazer parte dessas discussões a convite do meu amigo, Delegado Orlando Zaconne, que me apresentou à Dra. Maria Lucia Karam, há cerca de dois anos. Semana passada, nós tivemos um evento na Academia de Polícia Civil e aí se publicizou que o Inspetor Chao é a favor da legalização das drogas. E aí, professor, se o senhor recebeu críticas, eu tenho ouvido o seguinte: “Chao, você depois de velho começou a fumar maconha?”

Com isso, eu passo a palavra ao Dr. Salo de Carvalho que vai nos falar sobre as leis de drogas, quebra de paradigmas, assunto até muito atinente com esse momento legislativo em que a gente vive em que se quer modificar a lei de drogas para aumentar a pena do traficante. Enfim, Dr. Salo, muito obrigado, a palavra é sua. ❖